

OTAN e União Europeia: defuntos geopolíticos?

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

Não é a primeira vez que escrevo sobre a geopolítica europeia, especialmente sobre os dois tópicos-chaves que a delimitam atualmente, ou seja, a definição do que será a nova OTAN e os problemas da União Europeia para se afirmar como grande potência. Os acontecimentos das últimas semanas, contudo, me levam de volta ao tema, já que estes demonstram, de forma claríssima, como as questões acima mencionadas estão latentes e muito longe de serem resolvidas.

Dando um contexto conjuntural às minhas reflexões, o que chamou a minha atenção nas últimas semanas foram duas séries de acontecimentos, ambos relacionados. Na primeira, a OTAN sofreu uma crise seriíssima quando do pedido de ajuda da Turquia, país membro da organização, aos outros aliados. A Turquia desejava apoio militar para proteger sua fronteira com o Iraque de ataques desse país, possíveis e até previsíveis em caso de ataque americano a Bagdá. Os Estados Unidos estavam dispostos a dar esse apoio e o dariam, seguramente, mesmo sem o consentimento da OTAN. No entanto, o manto jurídico da organização e alguma ajuda dos aliados europeus seriam bem vindas e ela foi solicitada em Bruxelas. Apesar do apoio da maioria dos países membros, França, Alemanha e Bélgica vetaram a ajuda, num claro desafio à posição americana.

Numa frente de batalha paralela, a Europa se rachou ao meio para decidir se apoia ou não a ofensiva americana contra Saddam Hussein. O eixo franco-alemão, motivado por interesses geopolíticos no Iraque, de política interna e, especialmente, por não conseguir aceitar a hegemonia absoluta dos Estados Unidos no mundo, se posicionou radicalmente contra a guerra. Não se imagina, é claro, o porta-aviões Charles de Gaulle atacando a frota americana no Golfo ou blindados alemães desembarcando em Nova York, mas a oposição desses países à guerra, com apoio diplomático da Rússia e da China, é um fato e tem irritado profundamente Washington.

Esse posicionamento francês e inglês causou, além disso, funda divisão entre os países europeus. Mais da metade dos Estados membros da União Europeia, liderados por Grã Bretanha, Itália e Espanha, efetivamente se rebelaram contra o eixo Paris-Berlim e estão apoiando os Estados Unidos. E o estão fazendo por puro oportunismo e desejo de ter lucros tanto com os despojos da guerra como com a boa vontade da superpotência americana.

Não são esses fatos imediatos, contudo, que nos interessam aqui. As crises diplomáticas dentro da OTAN e da União Europeia acabaram por ser resolvidas logo depois, ainda em fevereiro/2003, através de negociações

e busca de um meio termo. No entanto, os conflitos maiores que estão por trás dessas crises estão longe de serem resolvidos e são estes que merecem uma análise maior.

Antes de tudo, fica evidente que a OTAN está totalmente paralisada por seus conflitos internos e, especialmente, por não saber qual é a sua função num mundo onde o seu grande inimigo, o bloco soviético, acabou. Sem um inimigo à vista que os intimide e unifique e sem ter clareza dos objetivos comuns, não espanta que seus Estados membros fiquem defendendo apenas os seus interesses, que, às vezes, colidem uns com os outros e levam a crises como esta.

Nada mais grave, contudo, que a situação lamentável da União Europeia. Um grupo que reúne alguns dos países mais civilizados do mundo, com uma economia maior do que a americana, alta tecnologia e quase 400 milhões de habitantes teria condições de exercer influência maior nos destinos globais. Se tal influência está crescendo em termos econômicos, especialmente depois da adoção do euro, ainda é decepcionante em termos políticos e estratégicos, como demonstraram as crises do Golfo, da Bósnia, do Kosovo e muitas outras nos últimos anos, quando os europeus se revelaram meros coadjuvantes dos americanos.

Sempre considerei que uma das causas centrais dessa situação fosse a incapacidade europeia em unificar suas forças armadas e ampliar seu poder bélico a ponto de poder dar sustentação à sua política externa, além dos receios europeus em assumir os gastos e a perda de vidas que a posição de potência exige. Essas ideias continuam completamente válidas, mas me parece claro, nesse momento, como a

unificação política tem precedência sobre a militar.

Os efeitos da política interna de cada Estado Nação estão realmente presentes nessa conjuntura de apoio ou não à posição americana. Uma Espanha e uma Itália dominadas pela direita, por exemplo, tendem a se aproximar da administração republicana, enquanto a Alemanha social democrata e verde tende a ser antiamericana. Os países do leste europeu candidatos à OTAN e à EU, por sua vez, parecem dispostos a qualquer coisa para conseguir auxílio econômico e proteção militar dos Estados Unidos. Claro que esta determinação interna não é uma regra absoluta (tanto que é a França conservadora de Chirac que lidera a oposição à guerra e três dos governos mais belicistas, o de Blair, o de Berlusconi e o de Aznar, enfrentam intensa oposição da opinião pública à guerra), mas que o continente sofre clivagens ideológicas que ajudam a romper qualquer possibilidade de união, parece evidente.

No entanto, talvez mais importante que as clivagens ideológicas e de política interna é a incapacidade dos Estados europeus em ceder sua soberania para a criação de uma política externa comum. Efetivamente, o que vemos nesse exato momento são países que aceitam abdicar de sua soberania econômica, via euro e Banco Central europeu, mas não a política, e seguem as suas tradições de política externa de forma independente. De um lado, uma Inglaterra sempre pronta a apoiar os Estados Unidos, a espera que esse “relacionamento especial” lhe traga de volta o status de grande potência, mas que, na verdade, leva apenas ao escárnio mundial. De outro, uma Alemanha que faz de tudo para evitar conflitos e uma França que quer usar o manto europeu para

readquirir status mundial. Ao mesmo tempo, vários países (desde gigantes como a Itália e a Espanha até pesos menores, como a Dinamarca ou Portugal) aproveitam o momento de conflito entre Berlim, Paris e Washington para enfraquecer o eixo França/Alemanha que tem conduzido os destinos da União Europeia desde os seus anos iniciais.

O que se percebe, portanto, é que a ideia de fazer da União Europeia um polo de poder militar e político mundial capaz de rivalizar com a superpotência americana e sendo um igual dentro da OTAN a ela esbarra no desejo de muitos outros países europeus em evitar os ônus e gastos que a construção dessa superpotência geraria e manter os vínculos estreitos e cómodos (mas subordinados) com os Estados Unidos. Melhor Washington do que Berlim e Paris, parece ser este o grito de guerra em várias capitais europeias.

Acredito, portanto, que esse é um momento decisivo na construção da nova Europa. Não é impossível que, com a guerra no Iraque finalizada e com o fim da administração republicana nos EUA (que espero ardentemente), as tensões da Europa com os EUA diminuam e os europeus tentem por panos quentes em mais essa crise. Mas eu espero que não. Ou se definem novos objetivos para a OTAN e para a União Europeia (e também para a ONU) e se caminha efetivamente nessa direção ou essas organizações tendem a se tornar, cada vez mais, meras estruturas vazias, sem nenhum significado ou poder.

A OTAN, a meu ver, cumpriu um papel chave ao estabilizar o continente europeu por meio século. Agora, com o grande inimigo vermelho desaparecido e os dois polos do Ocidente (Europa e América) divergindo entre si, é importante repensar o que é o Ocidente e para que serve a OTAN. Força de apoio ao poder americano? Organização de vigilância sobre a Rússia e o mundo islâmico? O debate vai ter que ser feito, mas só vai ter alguma definição, a meu ver, depois que a União Europeia tomar alguma decisão real sobre o que ela quer representar no novo mundo. Uma aliança de Estados com mercado comum como é agora só poderá ser um apêndice do poder americano. Um grupo de países realmente unidos e com força militar e política real já seria algo diferente e que mudaria o equilíbrio de forças dentro da OTAN e em todo o mundo.

Cabe aos europeus, portanto, decidirem o que querem. Ou a União Europeia será uma união de Estados-Nação unidos apenas economicamente, sempre em conflito e menosprezados pelo resto do mundo ou terão um governo único, eleito por todos os europeus, capaz de dar uma voz única à Europa e canalizar seu poder (econômico, militar ou diplomático) para estes fins. Anos atrás, Henry Kissinger perguntou que número de telefone ele deveria chamar quando quisesse saber a posição europeia sobre algum tema. Ninguém soube responder, mas talvez já esteja mais do que na hora deste número ser criado e de existir um presidente da Europa para atender os telefonemas de Washington.



* **JOÃO FÁBIO BERTONHA** é Doutor em História e professor da Universidade Estadual de Maringá.